

Invasores devem sair em outubro

Instituto de Habitação quer negociar com famílias de Estrutural antes de fazer remoção. Secretário condena “abuso”

Philio Terzakis

Da equipe do Correio

O Governo do Distrito Federal (-GDF) reuniu forças para combater a mais polêmica invasão de área pública do DF. O reassentamento das 1.484 famílias que moram na Estrutural deverá começar a partir do final de outubro. A previsão é da presidente do Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab), Alexandra Reschke.

Ela acredita na negociação com as famílias para iniciar a remoção. Constará com a ajuda da Secretaria de Segurança, que pretende agir sem violência, mas com severidade.

“A farra da desobediência e do abuso precisa acabar. Ali, não haverá cidade. Não permiteremos mais que seja colocada em risco a vida de servidores ou que se destrua patrimônio público. Esse problema social não será mais transformado em trampolim político”, disse o secretário, Roberto Aguiar.

O secretário promete acompanhar os inquéritos que existem contra Marlene na 3ª Delegacia de Polícia (Cruzeiro) e a ação no Ministério Público. Um sistema de segurança isolará a área, que tem várias entradas. “O número de homens dependerá do grau de tensão”, advertiu.

O Idhab entrou ontem com uma representação criminal no Ministério Público contra a vice-presidente da Associação de Moradores da Estrutural (Asmoes), Marlene Cavalcanti Mendes, 34 anos.

Ela é acusada de causar danos ao patrimônio público, incitar a população à violência e agredir servidores no cumprimento do dever. A ação foi elaborada a partir dos acontecimentos da última sexta-feira, quando moradores da invasão queimaram o posto policial no local.

A Secretaria de Fazenda vai notificar os comércios locais — todos ilegais — e pedir seu fechamento em no máximo 30 dias. A Administração do Guará, que detém o controle da área, vai pedir a derrubada das construções de alvenaria, proibidas porque o assentamento é provisório.

“Não adianta o GDF vir com pressão. O governo pode me acusar, mas tem que ter provas contra mim. Ele

tem que provar também que essa área é imprópria para a Cidade Estrutural. Não existe nenhum acordo dizendo que o assentamento é provisório ou que construções de alvenaria são proibidas”, rebateu Marlene.

O acordo que transferiu as famílias da antiga Estrutural para o local atual foi chamado de “frágil” por Alexandra Reschke. “O acordo demonstra a omissão do órgão ao tratar do problema da Estrutural. Foi negligência da antiga administração do Idhab, que não assumiu a Estrutural como trabalho habitacional”, acusou.

ESCRITÓRIO

Em uma semana, o Idhab pretende montar um escritório na invasão. Alexandra diz que será um trabalho de conscientização para tentar convencer as pessoas a desocuparem a área e serem reassentadas no Recanto das Emas.

Até o final de outubro, Alexandra acredita que as obras de infra-estrutura em duas quadras no Recanto das Emas estarão concluídas. Para o local, deverão ser transferidas as 1.484 famílias da Baixa Estrutural. A presidente do Idhab acredita que, depois do último cadastramento, surgiram mais 180 barracos.

Será feito um novo levantamento com as seguintes exigências: o morador deverá ter cinco anos de moradia em Brasília, não ter recebido lotes, não ter imóvel em Brasília e ganhar até cinco salários mínimos. Quem não cumprir os requisitos poderá ir para um albergue ou receber auxílio financeiro para voltar ao lugar de origem.

Ontem, foi um dia de velório para a população da Estrutural pela morte do ajudante de pedreiro Francisco das Chagas Braga, 21 anos — atropelado no dia anterior. Mais de 300 pessoas acompanharam o cortejo que partiu da Asmoes até o quilômetro nove da DF-095, onde o rapaz foi atropelado.

No local, os moradores deixaram uma cruz e uma placa com a frase: “Se Deus é por nós, quem será contra nós?”. Depois, pegaram dois ônibus e carros no outro lado da pista e seguiram para o cemitério. Durante a travessia da pista, a Polícia Rodoviária desviou o trânsito. O enterro foi no cemitério Campo da Esperança.